

DESCENTRALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Luciano Antonio Prates Junqueira¹

Maria Amelia Jundurian Corá²

RESUMO

A rede social contribui para gerar novos projetos e articula municípios, pessoas e organizações, otimizando recursos para proporcionar uma vida com qualidade para os cidadãos. Neste artigo será apresentado o modelo da política cultural “Programa Cultura Viva”, que por meio dos Pontos de Cultura adota uma prática cultural de descentralização, formação de rede e gestão territorial valorizando o espaço e as relações sociais. A metodologia adotada foi um estudo de multicasos a partir da observação e da realização de entrevistas com os gestores culturais na Casa do Samba, Memorial das Baianas e Pontão de Cultura do Jongu / Caxambu.

Palavras chave: Descentralização, Território, Redes Sociais, Programa Cultura Viva.

ABSTRACT

Social networking helps to generate new projects and articulates municipalities, individuals and organizations, optimizing resources to provide a quality life for citizens. This paper deals with the model of cultural policy “Programa Cultura Viva”, which through the Points of Culture adopts a cultural practice of decentralization, network formation and management valuing territorial space and social relations. The methodology adopted was a multicase study from observation and interviews with managers in the cultural Casa do Samba, Memorial das Baianas and Pontão de Cultura do Jongu / Caxambu.

Keywords: Decentralisation, Planning, Social Networking, Programa Cultura Viva

Introdução

A gestão das políticas sociais tem por objetivo a promoção do bem estar dos cidadãos e a redução das desigualdades para propiciar o acesso das pessoas às riquezas materiais e imateriais da sociedade. Esse entendimento supõe uma perspectiva transformadora da

¹ Sociólogo, Professor Titular da FEA/ PUCSP; do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da PUCSP; Coordenador do NEATS/PUCSP - Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor. E-mail: junq@pucsp.br

² Administradora, Dra. em Ciências Sociais. Professora da FEA/PUCSP, Pesquisadora do NEATS/PUCSP - Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor, e trabalha no Instituto Via Pública E-mail: mcora@pucsp.br

desigualdade, que tem sido alimentada pelas condições do funcionamento do capitalismo contemporâneo, em que a riqueza cresce sem que cresça a inserção das pessoas no sistema produtivo. Com isso a pobreza não é apenas residual, mas da produção ativa de milhares de despossuídos expulsos do mundo do trabalho e sem acesso a itens essenciais para sua sobrevivência e condições dignas de vida. Desse modo, a gestão social recebe uma pressão pela disputa de interesses que se dá na sociedade, restringindo as possibilidades de formulação e implementação de programas e projetos redistributivos.

O Estado refletindo a dinâmica das classes sociais e das alianças de grupos de interesses, muitas vezes conflitantes, busca conciliar esses interesses para construir uma sociedade mais justa e equânime. Nesse contexto a gestão social em parceria com o setor produtivo e o terceiro setor, faz com que as definições da política social passem pelo Estado, como delegado da sociedade que o sustenta.

A partir dessa visão, emergem dois desafios para a gestão social, seja na formulação da sua agenda, onde são inscritas as demandas da população, seja na definição da estrutura e funcionamento do aparato governamental, que formula e implementa as políticas sociais. Esse aparato, conformado de maneira setorial e hierárquica, na perspectiva da gestão social, busca definir suas ações públicas privilegiando a prática intersetorial, que integra a gestão do território onde e dos grupos que ocupam esse espaço.

Nessa perspectiva, a relação entre a prática dos serviços públicos e a implementação das políticas sociais demanda o entendimento de conceitos como descentralização, intersetorialidade, território e rede, que determinam um novo processo de gestão das políticas sociais. A descentralização enquanto propõe a transferência de poder de decisão sobre as políticas sociais para os níveis periféricos da cidade possibilita que a gestão dos serviços públicos incorpore os cidadãos que os utilizam. A transferência de poder, necessariamente, não otimiza a gestão dessas políticas, mas proporcione uma alternativa para otimizar a solução dos problemas sociais, que afetam grupos de população que ocupam o mesmo território.

A interação entre essas diversas dimensões que concretizam no mesmo espaço determina uma nova forma de conceber o social. As organizações gestoras destas políticas sociais deixam de ser hierárquicas e setorializadas para articular-se em rede no mesmo território. As redes passam a penetrarem as organizações e a própria sociedade.

A diversidade é a marca da época, o reconhecimento das diferenças e da alteridade, da interação que torna possível o encontro de pessoas e grupo situadas num mesmo território. A metáfora da rede, especialmente dos fluxos variáveis com deslocamento dos pontos de encontro e renovação das pautas de conexão, têm mostrado apto para pensar e construir novas formas de convivência que permitam gestar novos mundos (NAJMANOVICH, 1995, p.71).

A rede contribui para gerar novos projetos e articula municípios, pessoas e organizações, para otimizar recursos e oferecer uma vida com qualidade para os cidadãos, que ocupam o mesmo espaço urbano (JUNQUEIRA, 1998a). Esses projetos de articulação são propostos como modelos de gestão de políticas sociais. Neste artigo será apresentado o modelo da política cultural “Programa Cultura Viva”, executada pelo Ministério da Cultura desde 2004 e que tem como eixo de execução os chamados Pontos de Cultura. É por meio dos Pontos de Cultura que a prática cultural é fomentada, partindo dos pressupostos da descentralização, formação de rede e da gestão territorial valorizando o espaço e as relações sociais que aí ocorrem.

Como pressuposto metodológico utilizar-se-á a noção de campo de Bourdieu, considerando: “ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos; e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura”. (BOURDIEU, 2010, p. 50)

A noção de campo proposta por Bourdieu estará presente nas análises desta pesquisa, isso porque a partir dessa noção serão construídas as dinâmicas sociais e culturais desse processo. Pensar a política cultural a partir da noção de campo permite problematizar as relações de poder, nas quais o Estado passa a atuar e oficializar os patrimônios culturais brasileiros.

Diante disso, a análise da proposta apresentada pelos Pontos de Cultura será realizada mediante estudo de multicasos a partir da observação nas visitas realizadas em 2011 e da realização de entrevistas com os gestores culturais nos seguintes pontos culturais: Casa do Samba (Santo Amaro, BA), Memorial das Baianas (Salvador, BA) e Pontão de Cultura do Jongo / Caxambu (Niterói, RJ). Destaca-se ainda a entrevista realizada com uma consultora da UNESCO contratada para criar os indicadores de avaliação desses espaços culturais.

Este artigo inicialmente discutirá os conceitos de descentralização e território, para em seguida apresentar sobre redes sociais e, finalmente, observar os pontos de cultura como uma proposta do Programa Cultura Viva que incorpore os conceitos apresentados.

Descentralização e território

Descentralização é um conceito importante na gestão dos serviços públicos, que viabilizam a implementação das políticas sociais. Esse conceito ocupou e ainda ocupa um lugar de destaque na discussão da eficácia das políticas sociais, principalmente a partir da década de 80 (DRAIBE, 1993).

Descentralizar significa transferir decisão, trazer para junto dos usuários o poder de decidir. Mas poder de decidir sobre o quê? Por isso que quando se fala em descentralização é importante ter claro transferir o quê, para quem e como.

A descentralização como um processo de transferência de poder determina a redistribuição das decisões. Nesse sentido, este é um conceito dialético, porque ele existe em oposição à centralização. Não se descentraliza se não há poder centralizado. Esse processo envolve mudanças na articulação entre estado e sociedade, entre o poder público e a realidade social, e implica mudar a atuação do Estado, seu papel na gestão das políticas sociais. O Estado deixa de ser o único responsável pelas soluções dos problemas sociais, mesmo que tenha como sua competência a garantia aos cidadãos dos seus direitos sociais.

Assim, descentralizar não é apenas um processo de transferência de atribuições e competências que ocorre no âmbito do Estado, entre os três níveis de governo e entre as suas organizações, mas também para entes privados de caráter público. O ente privado de caráter público que recebe as competências permanecerá sujeito às normas, à avaliação e aos controles de qualidade estabelecidos pelo poder cedente.

Esse processo de descentralização não se esgota apenas na transferência de atribuições é necessário para que tenha eficácia considerar os beneficiários das políticas sociais como sujeitos e participantes da sua gestão. Para isso é necessário que as políticas sociais sejam consideradas como direito, no seu caráter distributivo e não apenas compensatório. E essa mudança só ocorrerá através da educação para a cidadania, quando os diversos atores sociais tomarem consciência dos seus direitos de cidadãos. A cidadania se consuma mediante a prática dos sujeitos, dos valores que a informam.

A descentralização não garante necessariamente a participação, a liberdade de ação dos diversos atores, mas, pode em algumas circunstâncias, reiterar as diferenças. A transferência de competências públicas para entidades privadas muda a relação entre o Estado e a sociedade, pois a prestação de serviços de caráter público pode ser confiada a entidades privadas (HABERMAS, 1984).

A descentralização assume um importante papel, enquanto constitui uma possibilidade de empoderamento dos usuários dos serviços, permitindo-os decidir sobre as oportunidades de criação de redes de relações entre os diversos atores envolvidos nos serviços sem deixar de fazer valer sua identidade e autonomia (DABAS, NAJMANOVICH, 1994). Isso, contudo, pode significar o desengajamento do Estado, das iniciativas locais e regionais, que no dizer de Lipovetsky (2005, p.9) é *“a nova repartição da sedução democrática que humaniza a nação, ventila os poderes, aproxima as instâncias de decisão dos cidadãos, redistribui dignidade às periferias”*.

O processo de relação entre serviços e cidadãos assume novas características, pois os sujeitos das políticas sociais, que ocupam determinado espaço urbano, passam a ter voz para decidir sobre os problemas sociais que os afetam e a seus territórios. Nesse sentido, o território em que vivemos, segundo Santos (2007, p.82), *“é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também é um dado simbólico. A territorialidade não provém do fato de nele vivermos, mas da relação que com ele mantemos”*.

O território tem também uma relação com a cultura, como forma de comunicação do indivíduo, do seu grupo com o meio, por isso que Santos (2007) diz que a migração é tanto um processo de desterritorialização como de desculturização e como tal ele é perda, mas também é doação. É uma relação entre o novo morador, a territorialidade nova e cultura nova, que se interferem reciprocamente construindo um homem novo. Nesse processo *“de integração o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida”* (SANTOS, 2007, p.83).

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento (ECHEVERRI, 2010, p.93). Nesse espaço onde as pessoas e instituições se localizam é, na

maioria das vezes, produto da combinação de forças de mercado e de decisões de governo, o que resulta dessa relação também independe da vontade dos indivíduos.

Assim, o valor do indivíduo não prescinde do lugar onde se localiza e da relação que estabelece com as outras pessoas que ocupam o mesmo território. Segundo Santos (2007, p.144) *“a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, ma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade”*.

Então, no território onde os serviços essenciais ficam a mercê do mercado tudo contribui para que as desigualdades sociais aumentem. Daí do ponto de vista da descentralização, quando poder é redistribuído, o gestor deverá elaborar o planejamento partido dessa realidade local. Nesse contexto as populações locais devem ter direito à palavra como membros ativos dessa realidade, que elas constroem interativamente, mas exprimir seus interesses e contribuir para definir os rumos do planejamento, inserindo nesse instrumento de gestão e nas organizações responsáveis pela sua execução, uma prática integrada de gestão das políticas públicas.

A gestão das políticas sociais ganha uma nova conformação uma vez que se aceita que *“o conhecimento e a decisão é um produto social e não exclusivamente originado da onisciência acadêmica”* (TENORIO, 2003, p.35). Nessa perspectiva a dimensão intersetorial das políticas sociais assume as características da gestão social emergindo a noção de rede como a interação de pessoas, instituições, famílias, municípios, estados, mobilizados em função de uma ideia abraçada coletivamente. Num ambiente de mudança social as diferentes atividades que a determinam implicam na formação de redes como a possibilidade de intercâmbio. A rede aparece como uma construção social que depende da sensibilização dos diversos atores sociais para um objetivo comum que melhor se viabiliza através da parceria (VILLASANTE, 2002).

O processo de parceria estabelece relações interpessoais e interinstitucionais, espaços de negociação, preservando as diferenças e as especificidades de cada componente que contribui da sua maneira na construção de uma política que preserve os princípios da cidadania, da liberdade e da justiça (LOIOLA; MOURA, 1997). A rede surge da percepção conjunta dos problemas comuns e da possibilidade de resolvê-los não apenas no âmbito da cidade, mas da articulação entre outros atores sociais envolvidos com o problema e sua solução (JUNQUEIRA, 1998a).

A mudança social demanda a necessidade de reconstruir a sociedade civil, pois ela cresce e se desenvolve quando seus integrantes assumem o papel de sujeitos. Como sujeitos tornam-se responsáveis por diferentes papéis em que atuam como produtores ativos na construção do bem estar dos diversos segmentos sociais e da sociedade no seu conjunto.

Na construção dessa nova realidade a noção de sistema social ganha consistência, onde cada participante é um sujeito. Contudo, o valor do sujeito depende do lugar que ocupa no território, por isso que se diz que o valor vai mudando em função da acessibilidade.

A mobilização dos indivíduos e a sua contribuição não dependem apenas do seu saber, mas do lugar no território, ou seja, o território é um espaço social construído, que passa pelo sujeito e pela relação que estabelece com a territorialidade e a cultura. Por isso, que Santos (2007) diz ser impossível imaginar a cidadania concreta sem o componente territorial.

Nessa relação entre cultura e território resulta uma linguagem e práticas comuns, mobilizando os diferentes atores para um objetivo comum, para a construção de uma nova realidade social que resulta das relações estabelecidas entre eles. Isso faz com que a complexidade aumente tornando o conhecimento mais multifacetado e complexo. Esse movimento de complexificação é acompanhado pelo surgimento de *problemas novos, imprevistos, e por fenômenos que escapam a nossa compreensão e controle* (GENELOT, 1992, p.26).

Redes Sociais e projetos de práticas culturais

Os impasses vividos pelo setor público e as saídas que tem buscado valorizam as organizações sociais como uma importante alternativa para fazer frente aos problemas sociais que afetam o conjunto da população. Os problemas emergem da interação do sujeito com o mundo e sua percepção não é única, depende dos valores de cada ator social envolvido e do seu lugar no território. A solução dos problemas sociais também não é única. Daí a necessidade de procurar saídas, de lidar com as incertezas, pois as certezas perderam consistência. As mudanças exigem novas relações sociais, onde interagem em rede indivíduos, organizações em rede em um determinado espaço urbano.

A rede surge como uma metáfora que tem como consequência saberes que permitem elaborar diferentes concepções. Assim, a rede permite tecer relações entre as diferentes

organizações e seus atores, sendo que cada um é autônomo e desempenha seu papel independente da posição que ocupa na rede.

Nessa perspectiva, a rede é uma possibilidade para gerenciar projetos, articular pessoas, organizações públicas e privadas, para otimizar a gestão das políticas sociais. No universo em rede a certeza é menos importante que a criatividade, a predição menos que a compreensão. Para que haja relações é necessário que haja semelhanças e diferenças entre indivíduos e organizações que mudam em função do território.

A rede possibilita perceber os problemas sociais e resolvê-los de maneira integrada tanto no âmbito da cidade, quanto da organização. O mundo visto pela ótica das redes aparece com uma variedade de cenários. Pensar na perspectiva de rede significa guardar as identidades de cada membro, fugindo das relações estereotipadas e fixas entre organizações e pessoas.

A lógica de rede desarticula a idéia de pirâmide, as formas hierárquicas de organização, pois as redes são formas de articulação multicêntricas que se articulam em um território. Nesse sentido, a administração em rede ganha força como modelo organizacional. Pensar em rede favorece, no contexto da mudança social, a necessidade de reconstruir a sociedade civil, uma vez que ela cresce e se desenvolve quando seus integrantes assumem o papel de sujeitos. Como sujeitos, tornam-se responsáveis, nas diferentes redes em que atuam, pelo bem-estar dos diversos segmentos sociais e da sociedade.

Logo, a noção de rede remete à idéia de intervenção em um sistema social. Essa intervenção não determina o sistema, mas é parte dele e contribui na construção de sua história, que muda em função do território. Cada participante do sistema é um sujeito real, que tem sua identidade, com diferentes tradições e culturas, que traz a sua marca e contribuição. Daí o esforço de gerar uma linguagem e práticas sociais comuns, que possibilitem organizar e mobilizar os diferentes atores em torno do objetivo comum, que intermedia a construção de uma nova realidade social, que depende da relação que estabelece com o território.

Essas práticas sociais devem ser pautadas por uma ética que possibilite avaliá-las e regulá-las, pois a complexidade aumenta na medida em que a sociedade vai evoluindo e interagindo com o espaço urbano. Esse movimento de complexidade é acompanhado pelo surgimento de problemas, imprevistos e por fenômenos que escapam a várias dimensões para conseguir melhores resultados de bem-estar para a população (JUNQUEIRA, 1998b).

As redes sociais integram setores sociais para a busca de solução para os problemas sociais que se manifestam em um território e nos grupos e indivíduos nele localizados. A gestão integrada das políticas sociais, articulada em rede, é o que se denomina de ação intersetorial. Essa concepção de gestão das políticas sociais demanda não apenas a articulação das políticas setoriais e das instituições públicas e privadas responsáveis pela sua execução em parceria e em rede. A articulação dessas instituições em rede cria uma nova dinâmica institucional, nova maneira de agilizar e otimizar os recursos disponíveis para atender as demandas sociais, para fazer frente aos direitos dos cidadãos.

Essas relações são construídas em torno de objetivos comuns para conceber e implementar projetos e programas sociais. Os projetos são executados em benefício de grupos e comunidades de um território, tendo em vista a superação da exclusão social.

A linguagem da rede é uma linguagem de relações, pois ela é uma construção coletiva onde organizações, sociedade civil, lideranças, voluntários interagem para otimizar e ampliar seus resultados para a população que ocupa o espaço urbano. É uma estratégia que habilita a relacionar produções sociais e a subjetividade. Com isso garante-se a identidade das pessoas que se articulam e os direitos dos cidadãos.

Diante da proposta de articulação e formação de rede, os projetos voltados à prática cultural ganham destaque devido a expansão do papel da cultura nas esferas política, econômica e social, reconhecendo a cultura como recurso para alcançar o desenvolvimento socioeconômico.

Chegou-se ao senso comum que, para preservar a biodiversidade, as tradições culturais também precisam ser mantidas, por outro lado, debate-se – ou até mesmo acredita-se – que o investimento (sensível ao gênero e raça) em cultura fortalecerá a fibra da sociedade civil, que, por sua vez, serve de hospedeiro ideal para o desenvolvimento político e econômico. (YÚDICE, 2004, p.14)

A cultura como fonte de recursos e desenvolvimento para os envolvidos nas atividades culturais, ocorre principalmente em iniciativas de organizações não governamentais (ONGs), que articulam e apoiam os grupos culturais, em busca de recursos para a execução de seus projetos e condições de gerenciamento dos mesmos.

Esses atores apostaram na cultura, definida de várias formas, como um recurso já na mira da exploração do capital (por exemplo, da mídia, no consumismo e no turismo), e uma base de resistência à devastação desse mesmo sistema econômico. (YÚDICE, 2004, p.19)

Tais grupos culturais percebem que a cultura pode ser utilizada tanto para a resistência minoritária junto às políticas econômicas hegemônicas, quanto para a oportunidade de gerar trabalho e renda para pessoas que não tinham grandes possibilidades de entrada no mercado formal de trabalho, por conta da sua baixa escolaridade, entre outros fatores. A atividade cultural torna-se uma alternativa para a melhoria de vida, tanto social, quanto econômica.

Além da perspectiva mercadológica da cultura apresentada dentro da dimensão da conveniência, outro significado do uso da cultura da chamada “cidadania cultural”, implica considerar que os grupos unidos por certos aspectos sociais, culturais e/ou físicos não devem ser afastados das políticas públicas. Dessa forma, os grupos se organizam e se sentem seguros em proporem intervenções que venham possibilitar a promoção da cidadania (YÚDICE, 2004).

Tanto na perspectiva da cultura como meio para alcançar o recurso econômico, quanto no desenvolvimento da cidadania, a sociedade civil tem papel intermediando as relações de poder que permeiam os interesses existentes nas comunidades locais privilegiando a visão da cultura como fomentadora de ações para o desenvolvimento social e econômico.

PROGRAMA CULTURA VIVA: PONTOS DE CULTURA

Entende-se por políticas culturais os programas de intervenções realizados pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. A política cultural apresenta-se como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (COELHO, 2004, p.293).

Dentre os pontos relevantes na definição das políticas culturais, destaca-se o entendimento de que elas são intervenções realizadas não só pelo Estado, mas também por instituições civis e grupos comunitários que as propõem com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, a satisfação cultural e a transformação social.

Como toda política pública, as políticas culturais têm de levar em consideração diferentes grupos de atores que influenciam e possuem interesses divergentes. Tais interesses

devem ser pensados na arena política das tomadas de decisões sobre as ações desenvolvidas pelo Estado no âmbito cultural, tanto na dimensão dos grupos artísticos, quanto dos agentes culturais, do público espectador, dentre tantos outros atores.

Para Ventura,

a política cultural cumpre um papel fundamental na construção de um processo institucional e discursivo, no qual membros de culturas marginalizadas sejam capazes de deliberar suas demandas e necessidades, bem como manter as práticas dentro dos quais se tecem e emergem suas aspirações (VENTURA, 2005; p. 86)

Corroborando com essa visão Durand (2001) afirma que há uma pluralidade de interesses na área cultural marcada por qualificações intelectuais, estéticas, políticas e administrativas divergentes. Isso faz com que pontos de vista distintos se confrontem em espaços sociais independentes.

Dessa forma, cada interesse é representado por um ator que debate sobre seu entendimento de cultura, procurando suprir uma necessidade e um ponto de vista defendido por seu grupo de representação. Uma arena política é montada, onde as disputas de poder tornam-se fundamentais para a delimitação do que é ou não cultura e do que se deve ou não ser investido como cultura.

A preocupação que se deve ter é a de contemplar a pluralidade das culturas e sua autonomia de criação, permitindo aos grupos culturais, artistas e intermediários culturais que participem do processo de escolha dos contemplados pelos recursos públicos.

A política cultural de maior destaque no governo Lula é o “Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva”, criado pela Portaria nº 156, de 2004. De acordo com Silva³ (2007, p. 24), o “Programa Cultura Viva” busca construir uma rede orgânica da gestão cultural que agregue recursos e iniciativas que atuem com legitimidade comunitária, sendo um programa de acesso aos meios de formação, criação e fruição culturais, que concebe a cultura “não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos comportamento e economia”.

O próprio nome CULTURA VIVA reflete a proposta de entender o Programa como um organismo vivo, que ao invés de dirigir as ações dos grupos, estimula a criatividade local, proporcionando a discussão em outras duas dimensões além da econômica: a representação

³ Em sua tese, Silva (2007) apresenta uma pesquisa sobre os “Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso do Prêmio Cultura Viva”.
Ano XV – v. 27 n° 1/2012

simbólica e a participação para a cidadania, isso pode ser observado nos objetivos do Programa Cultura Viva:

- Ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- Identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiros;
- Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania;
- Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora;
- Fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido de geração de uma teia de significações que nos envolve a todos”;
- Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais;
- Promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direitos e economia (CULTURA VIVA, 2004, p.18-19).

Para alcançar esses objetivos o Programa faz uso dos **Pontos de Cultura** como o eixo central para todas as demais ações. Entende-se por Ponto de Cultura um espaço de organização da cultura em âmbito local responsável pela articulação, recepção, produção e disseminação de manifestações culturais, a partir de uma iniciativa de uma organização da sociedade civil. Diante disso, o Ponto de Cultura é visto como um *organismo vivo* que se articula com atores pré-existentes em cada comunidade.

Para se instalar um Ponto de Cultura, o Ministério da Cultura faz um chamamento público por meio de edital que recebe projetos que são analisados por uma Comissão de Avaliação. O projeto escolhido possibilita que seja firmado um convênio com o Ministério, e a organização da sociedade civil recebe recursos financeiros para sua execução.

Parte do incentivo recebido no convênio deve ser utilizada para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que mais for importante para o Ponto de Cultura. Além desse recurso, são disponibilizadas 50 bolsas semestrais para jovens de 16 a 24 anos (Agentes Cultura Viva) desenvolverem e participarem dos projetos do Ponto de Cultura. De acordo com o sítio eletrônico do Ministério da Cultura, até abril de 2010, havia quase quatro mil Pontos de Cultura, em 1.122 cidades brasileiras.

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade.

A cultura passa a ser concebida como recurso estratégico para a promoção da qualidade de vida, da valorização da diversidade e do sentido de pertencimento e auto-estima de pessoas e comunidades, tanto quanto da cidadania e da promoção dos direitos culturais. (IPEA, 2008)

Nesse sentido, os Pontos de Cultura se desenvolvem organicamente e se articulam com atores locais, valorizando e potencializando o que já existe. O Programa abarca a valorização de culturas não consagradas, isto é, não legitimadas institucionalmente ou nos mercados culturais. Ao mesmo tempo, em que traz a comunidade receptora dos serviços como agentes do processo de escolha do que quer que se desenvolva nesse espaço.

Para compreender um pouco mais sobre os pontos de cultura, serão considerados três espaços visitados: Casa do Samba (BA), Memorial das Baianas (BA) e Pontão de Cultura do Jongo / Caxambu (RJ) durante o ano de 2011.

Nos três pontos de cultura havia uma exposição sobre a cultura popular local a fim de explorar o imaginário dos visitantes quanto ao cotidiano da prática cultural, trazendo elementos essenciais destes bens culturais, assim como a representação visual, por meio de fotografias e objetos.

As exposições tinham ainda a função de valorizar o papel dos detentores dos bens culturais por meio da centralidade da exposição no seu saber, apresentando seus instrumentos musicais e de trabalho e permitindo que construísse no imaginário um espaço no qual o detentor da prática cultural é o centro, desmestificando o papel subalterno, e quase transparente, que muitas vezes ocupavam naquele território no momento em que a cultura popular deixou de ser o vínculo social dos moradores daquelas regiões. As exposições procuraram resgatar o papel social dos detentores culturais para a partir dar reestruturar a dinâmica social da localidade por meio da cultura ali vivida.

Figura 1: Casa do Samba em Santo Amaro (BA) e Memorial das Baianas em Salvador (BA)



Fonte: acervo pessoal, fotos tiradas em visita realizada de 2010

Em alguns relatos ocorridos durante as visitas observou a percepção dos atores em relação aos pontos de culturas:

“O Ponto de Cultura é a menina dos olhos, porque ela está na base da sociedade, é cultura no sentido antropológico e não como na indústria cultural, é outra possibilidade onde você dá mesmo instrumentos para as bases sociais produzirem cultura.” (Consultora da UNESCO que acompanha os pontos de cultura em questão)

“A luta é fazer com que o Cultura Viva vire programa de Estado⁴ e assim você garante a continuidade das ações.” (Dirigente da Casa de Samba)

“A gente tem instâncias de participação que reitera a proposta do ponto de cultura. Na verdade o Pontão se articula em torno de três eixos que têm coerência com o Programa Cultura Viva: trabalha com eixo de articulação, qualificação e de distribuição e produção de bens culturais.” (Dirigente do Ponto de Cultura do Jongô/ Caxambu)

Nesses relatos o que se nota é a valorização do programa a partir de um consultor externo e de dirigentes dos próprios pontos de cultura. Isso demonstra a aceitabilidade do programa e até na fala do Dirigente da Casa do Samba, o questionamento sobre a importância de transformar o programa em uma política de Estado, a fim de garantir uma estabilidade. Na fala da dirigente do Ponto de Cultura do Jongô / Caxambu houve menção a participação da comunidade local para alcançar a articulação, qualificação e produção cultural.

Nesse sentido, é como se os pontos de cultura garantissem *uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social* (DAGNINO, 2005).

Situação reiterada pela autora ao afirmar ainda que o que está em jogo, de fato,

⁴ O Programa Cultura Viva é um programa de governo, o que provoca uma instabilidade na continuidade do mesmo quando há troca de presidente.

é o direito de participar na própria definição desse sistema, para definir de que queremos ser membros, isto é, a invenção de um nova sociedade. O reconhecimento dos direitos de cidadania, tal como é definido por aqueles que são excluídos dela no Brasil de hoje, aponta para transformações radicais em nossa sociedade e em sua estrutura de relações de poder (DAGNINO, 2005, p. 57).

A cidadania, nesse processo, aparece a partir do empoderamento social, sendo entendido como o instrumento pelo qual poderão se modificar as relações econômicas e de poder, ao fomentar iniciativas culturais que já existem, de segmentos sociais em geral marginalizados da sociedade. Assim, promover o empoderamento desses atores sociais é uma das mais importantes motivações do Programa.

Na forma como organiza o relacionamento dos pontos de cultura com as comunidades é que se supera o paradigma da participação e da cidadania e se promove a gestão compartilhada e transformadora do Programa. Estabelece-se uma gestão em rede, articulando a prática cultural com as instituições e as pessoas que as compõem.

Assim, torna-se possível imaginar uma perspectiva de se repensar o Estado e suas definições e funções, permitindo a entrada de novos e tradicionais sujeitos sociais, que compartilhem espaços, possibilidades, poder e conhecimento.

Considerações Finais

Pensar em processos de descentralização significa considerar que o poder transfere-se para junto daqueles que utilizam os serviços, integrando a partir daí os cidadãos que ocupam e usufruem de um determinado território, garantindo a legitimação dos seus direitos sociais. Isso potencializa a construção de relações entre os atores, criando redes sociais empoderadas.

O processo de redes sociais, articulando os diversos atores sociais públicos - estatais e privados -, localizados em um território, permite superar a incapacidade dos responsáveis pela gestão dos micro processos das políticas sociais, em particular da cultura.

O Estado enquanto descentraliza seu poder possibilita a criação de novos formatos organizacionais, que constituem uma resposta da sociedade civil às demandas de alguns de seus segmentos. Com as redes sociais essas organizações e outros atores sociais, públicos e privados, viabilizam a participação e a democratização na tomada de decisão para implantar as políticas culturais de maneira integrada.

A rede constitui, assim, uma alternativa de desenvolvimento social, sendo que cada um dos atores, envolvidos nesse processo, produz mudanças tanto nas condições materiais de existência, como na construção subjetiva da realidade. Assim, a rede cria uma possibilidade de intervenção, que preservando a identidade de cada ator, viabiliza uma visão intersetorial dos problemas sociais, que afetam a população de um território, tornando mais eficaz a gestão, que se caracteriza por articular instituições e pessoas, para definir projetos, recuperando a vida e a utopia.

A gestão de serviços públicos exige articulações dos diversos atores sociais para a construção do espaço público, que demanda uma nova perspectiva técnica e social que privilegia direitos e não necessidades, pois os atores envolvidos são sujeitos, que participam na construção da realidade social onde o que prevalece são as relações entre iguais.

Assim, o modelo de gestão proposto pelo Programa Cultura Viva, de implantação dos Pontos de Cultura, alcança essa proposta de gestão em rede com a participação dos atores envolvidos não só no processo deliberatório das ações, mas também no cotidiano das atividades sugeridas.

Figura 2: Samba de roda na Casa do Samba (BA)



Fonte: acervo pessoal, fotos tiradas em visita realizada de 2010

O que se notou nas visitas realizadas é a apropriação dos Pontos de Cultura pelas comunidades que utilizam esses espaços com finalidades de aprendizagem, relacionamento social e fortalecimento do local, ou seja, é o uso de um espaço privado para uma política pública que de fato integra seus beneficiários, não só como usuários, mas como agentes do território.

Fato que se reitera ao verificar nas figuras acima o uso da Casa do Samba pelos sambadores de samba de roda, de várias gerações, em um sábado de tarde na cidade de Santo Amaro. Tal Ponto de Cultura é utilizado como ponto de encontro, de lazer e de cultura, reiterando importância na existência do espaço e a partir da forma como o mesmo é ocupado e vivido pela comunidade.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Campinas: Papirus, 2010.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Cartilha do Programa Cultura Viva. 2004. Disponível em http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/. Acesso em 3 de outubro de 2011.
- COELHO, Teixeira J. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- DABAS, E.D. (org.) Redes. El Lenguaje de los Vínculos, Buenos Aires, Paidós, 1994.
- DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: Revista do Rio de Janeiro nº 15. Fórum do Rio de Janeiro, UERJ, 2005.
- DRAIBE, Sonia M. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, No. 17:86-101, março/abril/maio 1993.
- DURAND, José Carlos Garcia. Cultura como Objeto de Política Pública. In: Cultura: Vida e Política. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr/jun de 2001.
- ECHEVERRI, Rafael. Emergência e Evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios de Cidadania, In: FAVARETO, A. et al Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios, Brasília: IICA, 2010.
- GENELOT, Dominique. Manager dans la Complexité – Reflexions à l’usage de dirigeants, Paris, INSEP Éditions, 1992.
- HABERMAS, Jurgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- IPEA. Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. Brasília. v. 15, mar. 2008.
- JUNQUEIRA, Luciano A.P. Descentralización, intersectorialidad y red en la gestión de la ciudad, **Revista del CLAD - Reforma y Democracia**, Caracas, no. 12, octubre 1998: 89-108, 1998a.

_____. Descentralização e Intersetorialidade na Construção de Um Novo Modelo de Gestão Municipal, **Revista de Administração Pública** - FGV, Rio de Janeiro, 32(2): 11-22, mar./abr. 1998b.

LIPOVETSKY, Gilles. A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2005.

LOIOLA, E.; MOURA, S.. Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (org.). Gestão contemporânea, Cidades Estratégicas e Organizações Locais, 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 53 – 68.

NOGUEIRA, Roberto P. Perspectivas da Qualidade em Saúde, Rio Janeiro: Qualitymark Ed., 1994.

SANTOS, Milton. O Espaço do cidadão. 7ª.ed., São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo-EDUSP, 2007.

SILVA, Liliana Sousa. Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva. Tese (Doutorado da Escola de Comunicação e Artes). São Paulo: USP, 2007.

TENORIO, Fernando G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. In: TENORIO, F.G. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social, 2a ed., Ijuí, SC: Ed. Ijuí, 2004. P. 13-38.

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. In: Revista do Rio de Janeiro nº 15. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

VILLASANTE, Tomás R. Redes e Alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social, Petrópolis: Vozes, 2002.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.